



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO PROCESSO SEI Nº 3524709.420.00001846/2025-30

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 238/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Jorge Luiz de Souza

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia informa que a matéria encontra-se regulamentada no âmbito da Administração Municipal pela Lei Complementar nº 209/2012, que em seu artigo 174-A, dispõe:

“A Administração Pública Municipal poderá conceder o auxílio-transporte aos servidores públicos para prover as despesas de locomoção dentro do Município de Jaguariúna, nos trajetos de ida e volta entre a residência e o local de trabalho. O benefício poderá ser concedido por meio de vale-transporte ou em pecúnia, a critério da Administração.”

A Secretaria destaca, ainda que, conforme a legislação vigente, o auxílio-transporte destina-se exclusivamente ao deslocamento realizado dentro do território do Município de Jaguariúna, não estando contemplados

deslocamentos intermunicipais, nem mesmo quando realizados por veículo próprio.

Considerando a autonomia administrativa conferida pelo referido dispositivo legal, a atual gestão definiu, com base em critérios técnicos e orçamentários, que o benefício será concedido exclusivamente na modalidade de vale-transporte, não sendo prevista, neste momento, a possibilidade de pagamento em pecúnia.

Nesta oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada consideração e respeito.

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 15/05/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0178891** e o código CRC **FE0683B4**.

Referência: Processo nº
3524709.420.00001846/2025-30

SEI nº 0178891